

Qual é o modelo de Estado para África?

Manuel Jaurá *

*Doutor em Sociologia e Prof. do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João del-Rei - MG.

COMUNICAÇÃO

Nesta comunicação procurarei discutir a complexidade da formação histórica dos Países; o entrelaçamento de duas historicidades no mesmo espaço territorial e suas implicações na configuração do ESTADO MODERNO, sem que essa modernidade expresse a inscrição e a relevância do diálogo subjacente entre essas duas historicidades. A falta da devida atenção a esta complexidade ou a presunção de que o percurso, a modernidade e o progresso desses países seja uma missão (fardo) da burocracia herdada, aliada à elite letrada pretensiosa, no meu entender, transformou-se numa das principais causas da dificuldade do processo de construção da nação e da instabilidade política frequente, sobretudo na Guiné-Bissau. Esse fenômeno persiste e perpassa o período colonial (até 1974), pós-colonial, período do partido único, PAIGC (1974-1994), e ainda no período do pluralismo partidário.

A composição social desses países, em particular da Guiné-Bissau, configurou-se principalmente a partir da redefinição da fronteira territorial pela política de ocupação colonial, procedimento político que denunciava e denuncia a demarcação arbitrária da fronteira, sem menor preocupação com a fronteira étnica que existia nessa região da África e que caracterizava uma demarcação do espaço geopolítico e cultural, mas abrangente que a atual fronteira herdada do governo colonial. Isso teve implicação substancial na formação da história do espaço geopolítico e cultural da Guiné Portuguesa e atual Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

Por isso, creio que estudar o papel dos principais atores sociais (luso-africanos e líderes etno-rurais e/ou lideranças das comunidades étnicas, que chamaremos doravante de etno-rurais), no processo da colonização, atuação no período colonial e pós-colonial, no seu momento de convívio harmônico, de contenda, oposição ou de conflito de baixa ou alta tensão seria identificar como foram construídas as soluções, quais foram as

articulações que tornaram possíveis a superação do conflito; quais desses dois segmentos sociais agiram nesses momentos, estrategicamente para conquistarem a hegemonia e como se alternou no protagonismo político da história desses países.

Acredito que ao analisar a formação da história dos PALOPS, EM PARTICULAR, Guiné-Bissau, sob a óptica de atuação de principais atores sociais, vasculhando os escombros da história política deles, poder-se-á, provavelmente, vislumbrar nexos das causas de tensões políticas que transformaram a imagem desses países, como politicamente instáveis, e conseqüentemente, de pouca credibilidade na ação dos governos locais, o que vem afetando a gestão pública, principalmente a redução de ajuda, cooperação e investimento econômico externo. São esses os vetores que tentarei explorar nesta comunicação.

A TRANSIÇÃO DO PODER ANCESTRAL PARA COLONIAL

O primeiro momento da transição da África ancestral para África colonial encontrou o poder estruturado de seguinte forma: segundo a região e o grupo étnico predominante. Tendo como base a escola evolucionista de Morgan e Maine, os autores do “Sistemas Políticos Africanos” observam: não há estrutura social sem estrutura política. Ao afirmarem isso, deixavam evidente que eram abertamente contra a ideia da evolução e procuravam provar a existência de uma função política onitemporal que define como exclusivamente de conservação e estabilidade de ordem social, portanto a essência do poder, nessa concepção (Abeles, 1977). Outros autores preferem reconstruir a história da estrutura do poder ancestral a partir da leitura que considera o sistema da linhagem como uma linguagem do poder, ou seja, é o lugar em que se opera a passagem da sociedade sem Estado para a sociedade com Estado, as que se referem Leach e Lévi-Strauss a respeito do Kachin dos planaltos da Birmânia, é esta análise que merece atenção. Com ela uma nova dimensão se abre, sobretudo com o último autor, ao considerar a oposição receptor/dador das mulheres, no sistema das alianças como fulcro da linguagem do poder e a estratégia matrimonial como lugar do político (op.cit.p.8). Entendem esse processo como meio de tradução eficaz das relações políticas porque ele supera os limites territoriais, oferecendo graças às nuances de genealogias, aos mitos de

origens, uma imagem fiel dos processos de cisão e de fusão tanto propalada do continente.

Lanciné Sylla (Abidjan, 1977) não partilha das teses nem dos evolucionistas, principalmente do prefácio do livro “African Political Systems” escrito por Hubert Deschamp, para a tradução francesa, e nem dos funcionalistas, os que concebem o poder através da manutenção da ordem. Sylla critica essas análises por não levarem em consideração o papel do parentesco na política, da linhagem, do grupo de idade, o papel dos valores ancestrais, mitos de origem, ritos, a complexidade do sistema, a dinâmica dessas sociedades. Segundo ele, esses estudos se contentam com uma interpretação estática da sociedade negro-africana, enquanto um exame da situação concreta revela a dinâmica perceptível na continuidade e imbricações de estruturas que fazem com que devamos considerar na análise, todos os fatores e não só um, na constituição do tipo. Vejamos três exemplos típicos propostos pelo autor: Os Nouer, os Zoulus e Baganda. Os dois primeiros foram estudados por M. Fortes e sua equipe e Evans-Printchar (1940).

Um é caracterizado como o caso típico da sociedade sem Estado e outro caso como de sociedade com Estado. Quanto ao terceiro caso incluído por autor, caracteriza o tipo da sociedade onde a estrutura Estatal e não Estatal estão mutuamente imbricados e constituem a ossatura da organização política.

O nosso interlocutor tenta chamar atenção para um fato político relevante na análise empreendida por ele. Observa que nem o chefe na sociedade com Estado está livre das limitações impostas pela “tabus, prescrições totêmicas e costumes”. Acrescenta, dizendo que é por isso que o governo nessa sociedade é mais coletivo que individual. Portanto, não há grande diferença entre sociedade Estatal e não Estatal, já que as leis são impessoais, míticas e em todas elas estão presentes os valores ancestrais para regularizar a vida dessas sociedades. Na verdade, essa é também a leitura que Fábio Leite (1988) faz da organização do poder, com algumas pequenas diferenças. Mas na essência é a mesma concepção, melhor ainda, cremos que é a concepção que mais analiticamente consegue apreender a realidade da estrutura do poder africano, inclusive contemporâneo. . Senão vejamos: para Leite (op.cit.), existem duas formas de organização do poder: num, o poder é fortemente concentrado em relação às unidades

de produção; as famílias extensas que ocupam uma determinada área, mas inexistem quando colocado em relação à sociedade global. No outro, a concentração do poder recai sobre a figura do rei, que abrange o conjunto social formado por um grupo ou subgrupo pertencente a uma dada sociedade. Na realidade, o “rei” aparece como o guardião principal da existência material e espiritual da sociedade. O autor chama a nossa atenção para os mecanismos de moderação do poder em ambos os casos. O patriarca ou chefe exerce o poder assistido por “conselhos de família”, no caso de chefia pelo “ conselho de notáveis”, que exercem encargos ancestrais, e ainda grupos de idade. Apesar dos impactos do tráfico negreiro, da colonização e “até mesmo, da independência aos dias atuais” (grifo nosso), os valores negros africanos continuam com todo o vigor nas aldeias, nas florestas e nas pequenas cidades. Isso revela a capacidade de resistência da sociedade negro-africana às imposições de valores civilizatórios ocidentais, não matizados pelos valores da civilização africana.

Outros autores preferem estudar a estrutura do poder africano a partir da óptica da aliança política por via matrimonial. Esse é o caso do Maquet (1971), que observou na sua análise a imbricação da aliança matrimonial com política. A aliança, segundo o autor, estimulava uma relação de significado político. Os governos da África tradicional ou melhor África profunda como prefere Fábio Leite (op.cit.) estavam profundamente comprometidos com o sistema de linhagem. O parentesco era uma categoria fundamental na política africana. Por essa razão, qualquer poder fundado sobre a linhagem parecia revestido de legitimidade. De fato, parentes mais próximos e importantes do soberano formavam a sua corte e participavam, em certa medida, dos privilégios do poder.

Essa associação estreita entre o soberano e a sua linhagem suscitava a revolta dos outros grupos de parentesco que se julgavam tão antigos quanto gloriosos como a linhagem real (op.cit. p.80). Essa hostilidade latente era uma das principais preocupações do monarca. Não existia revolução; a tradição que conhecemos registra o que podemos chamar de “golpe de Estado”, ocupação por força do poder, ou objeto que simboliza o poder; que pode ser um amuleto, uma cadeira real, um símbolo totêmico que representa o poder, como os vários exemplos que mostramos nos outros trabalhos sobre África profunda. Esses golpes eram tentados por parentes próximos do soberano que foram preteridos na sucessão em favor do escolhido (Abeles,op.cit.).

Contra os pretendentes da própria linhagem o rei se defendia por meios preventivos: a) - aliciamento e concessão de privilégios e uma parcela de poder; b) – confinamento e assassinatos dos rivais potenciais. Contra as eventuais tentativas das linhagens rivais, a estratégia de aliança permitia a preservação e consolidação do poder. Alianças através do matrimônio, casando-se com moças provenientes de outras linhagens e atraindo para a corte familiares da nova esposa; com isso conseguia apoio ou neutralidade da linhagem na disputa do poder. Parentesco e aliança, como vimos, desempenham uma função instrumental na rede política.

ALIANÇA POLÍTICA NA ÁFRICA COLONIAL

O matrimônio poligâmico, fundamental nas relações de aliança, concluído mediante a entrega de bens matrimônias, sofreu um duro golpe, por causas como:

- a) – a condenação dos missionários católicos, a administração colonial, a urbanização. O matrimônio, ou o sistema de poder em estudo, só continua atualmente nas aldeias rurais ou pequenas cidades. Assim, a estrutura do poder com base nessa aliança fora duramente atingido.
- b) – o poder do soberano durante a colonização e dos chefes torna-se legítimo antes por referência ao governo colonial, que o controla e pode contestá-lo, que por referências aos antigos processos rituais que, não obstante, continuam. O soberano já não se apresenta como tendo recebido o poder e a sua legitimidade, através da consagração dos ancestrais, das divindades ou das forças vitais associadas à função de dominação.
- c) – a dessacralização do poder também resulta da intervenção das religiões importadas e concepções de poder exógenas , que coloca em causa as religiões e crenças endógenas, naturaliza o poder e o soberano, que antes eram vistos como divinizados. A desdivinização das unidades políticas anteriores revela para os camponeses um momento político diferente, ou seja, os antigos súditos agora podem recorrer ao poder colonial para contestar a autoridade do chefe da sua aldeia, sem

que sejam penalizados por isso, como acontecia antes com quem ousasse desobedecer à sentença real (Balandier, 1969)

Para a sociedade da África tradicional, o rei ou chefe detinha poder sagrado. O envelhecimento do rei ou a dessacralização do seu poder poderia debilitar o exército, o gado, a colheita. Para algumas sociedades evitarem a decadência coletiva, o rei deveria ser envenenado. Esse sacrifício deveria ser em segredo, porque, para o povo, o rei não morre; ele dorme eternamente ou se metamorfoseava em animais ou objetos ou em preexistente.

A legitimidade do poder repousava na ascendência direta até ao rei fundador. Por isso, "O golpe do Estado" não significava sempre ruptura, às vezes camuflava o retorno da linhagem fundadora.

Administração indireta, na época colonial, integrava os chefes tradicionais que continuavam dirigindo a sua sociedade, só que agora executando as determinações do governador geral. Na administração direta, o governador geral controlava, com a colaboração dos seus auxiliares, todo o território colonial diretamente. Talvez, por isso, a sociedade colonial na África negra se encontrava estratificada em cinco camadas sociais bem diferenciadas e vistas como agentes da ocidentalização: elites letradas, plantadores ricos, os comerciantes e pequenos empresários e, enfim, os trabalhadores assalariados, organizados ou não em agrupamentos profissionais.

Por terem interesses comuns, essas camadas sociais tendem a aliar-se para provocar, por reação, a tomada de consciência para defesa dos seus interesses. Juntos tentavam tirar o máximo de vantagem proporcionada pelo progresso na produção, na circulação de bens, nas escolas e outros. Mas, muitas das vezes, seus interesses eram contrariados pelo poder colonial. Assim se esboçava os contornos da tomada de consciência política por parte da burguesia burocrática, da burguesia econômica e dos trabalhadores assalariados organizados. A situação colonial orientava essa dinâmica de duas maneiras: freando o processo de formação das classes sociais e provocando, a partir do momento em que se expressa e organiza a reivindicação de autonomia, uma "frente" de oposição que limita e supera o antagonismo entre as classes e elege a partir daquele momento, um novo adversário, o poder colonial. O fim da colonização e a independência passam a

ser eixo aglutinador em torno do quais todos os emancipacionistas se organizam. Assim, os interesses de grupos seriam superados por interesses coletivos, que eram a luta pela emancipação ou independência.

A TRANSIÇÃO PARA A INDEPENDÊNCIA DA ÁFRICA COLONIAL

No momento da independência, rompe-se a unidade resultante da oposição ao colonizador. As cisões e antagonismos internos ressurgem com toda a nitidez: entre as etnias desigualmente abertas à modernização entre os poderes tradicionais, degradados, mas não abolidos, e o poder moderno; entre as classes sociais em via de formação. Administração funciona mal e as posições burocráticas são utilizadas na busca de mais vantagens econômicas e políticas pessoais. A população camponesa continua dividida pela vinculação étnica permanece reticente em relação a um poder distante e mal compreendido. Os trabalhadores assalariados e a burguesia burocrática e empresarial procuram reforçar suas pressões sobre o poder, ao mesmo tempo que os dirigentes demarcam mais ainda seus contornos no poder.

Como havíamos dito no primeiro capítulo, houve independência das colônias e não das unidades políticas tradicionais. Os novos chefes africanos se tornaram herdeiros e substitutos dos governadores coloniais.

A África independente mescla o aparato colonial com tradição africana. Os presidentes não foram escolhidos pelos anciões, mas sim pela constituição europeia. Estas constituições foram elaboradas pelos técnicos e juristas da metrópole, que se espelharam nas suas realidades. A constituição redigida no fim do período colonial previa a) – regime parlamentar com separação do poder; b) - uma assembleia eleita, mediante sufrágio universal, exercia o poder legislativo; c) – um conselho de ministro nomeado pelo presidente, mas responsável perante o parlamento, dirigia administração; d) – uma hierarquia jurídica, com sua suprema corte, dirigia a justiça; o Presidente, arbitro dos poderes, representava a soberania nacional, porém não possuía, ou tinha poder de decisão limitado. As eleições para o parlamento deveriam ter lugar nos intervalos regulares (a cada 4 ou 5 anos) e previstos. Era necessária a existência de pluripartidarismo político, para que o sistema funcionasse regularmente (Maquet, Op.cit. pg 118).

SURGIMENTO DO PARTIDO ÚNICO NESTE CONTEXTO

Logo depois da independência, os primeiros embates políticos entre diversos líderes e responsáveis pelas instituições criadas pela nova constituição (poder judiciário, parlamento e executivo) revelou a infuncionalidade, a inadaptação do novo arcabouço constitucional elaborado pela metrópole para a realidade africana.

Os primeiros presidentes, heróis da luta anticolonial, tinham prestígio pessoal suficiente para fazer valer as suas opiniões. Por isso, as instituições idealizadas começaram a funcionar precariamente, e em outros países se tornaram letras mortas e como resultado surgiu o partido único. O presidente passou a agregar o poder de chefe de Estado, a chefia do governo, chefe do partido único, controlador do parlamento, através da sua maioria absoluta de deputados, onde o parlamento ainda não fora dissolvido. Foram criados tribunais de exceções populares ou militares para julgar delitos políticos; à exceção de um (partido oficial), todos os demais foram suprimidos. Foi assim que os jovens Estados africanos evoluíram politicamente, até chegar à nova fase de transição do partido único para o pluralismo político que contamina hoje todo o Continente.

Para os camponeses, nada mudou; aquele que está em cima da rede política tem direito à obediência; e as instâncias que se opuseram a ele são consideradas suspeitas de insubordinação; o partido de oposição que critica o governo é tido como subversivo. O fundamento do partido único está na experiência adquirida no período colonial, monolítico, perseguidor e policial.

Seguindo o critério de Macpherson e Estevam Martins (1982, op.cit.), podemos observar que no período do partido único na Guiné-Bissau existia a) – facilidade de ingresso para todos os cidadãos que tenham pertencido a órgãos de repressão da época colonial e não tenham exercido funções relevantes na administração colonial; b) – existia ampla democracia interna, expressa por meio de existência factual de tendências ideológicas nítidas e assumidas, principalmente depois do IV Congresso do PAIGC ocorrido em 1986. Nas reuniões do partido, como nos congressos e sessões de comitê central, essas tendências se comportavam como se fossem partidos independentes; c) – ainda há – embora não como antes – sustentação do partido por parte das camadas populares.

PAIGC, naquele momento da vida política, ainda simbolizava a expressão da vontade coletiva da sociedade. Talvez isso explique a preocupação do governo/partido, naquele período em obterem sempre o “consenso” em tornos das matérias importantes em exame nas instâncias decisórias do partido ou do governo e não se contentavam com simples maioria nas aprovações dessas matérias; d) – controle dos dirigentes do partido por militantes, não existia no grau desejável.

Contudo, constatou-se que existia mais convergência que divergência entre a prática política de partido único da Guiné, com o critério descrito por Macpherson e Martins, e de que também pelo menos, nos documentos oficiais do partido em exame, propunha-se a ser partido/governo, gestado no povo para o povo. Esta constatação induz-nos a inferir que o partido/governo desse país tendia ou se propunha no mínimo a construir um Estado democrático; todavia, na prática aconteceu o oposto partido/governo, os dirigentes do partido transformaram-se, na realidade, numa casta de aristocracia burocrática enclausurada nos seus confortáveis gabinetes ministeriais e deixaram os seus antigos companheiros de luta à sua própria sorte. Atualmente, vivem mais de 7 mil antigos combatentes da luta de libertação da Guiné-Bissau, em absoluta miséria, reconhece o governo (rdp.online.23.01.2003). O esvaimento dessa proposta, ou seja, da construção de um Estado democrático com justiça social, acentuou-se, sobretudo, a partir de 1987 para os dias de hoje, sem nenhuma perspectiva para sua reversão. A desigualdade social, ao invés de diminuir, ganhou novo impulso e cresceu vertiginosamente em virtude da política econômica adotada a partir de 1987. Adoção de economia de mercado, sem instituições algumas de salvaguardas legais para supervisionar a especulação no mercado, teve e tem ainda efeitos perniciosos sobre a população carente, desprotegida e excluída da disputa do mercado. Certamente, em função dessa anomalia do mercado, o ideal do partido/governo da época que, em tese, era resgatar a dignidade humana da população carente através da construção de uma sociedade nova e um homem novo, ficou comprometido e adiado, talvez para “ad infinitum”.

REFERÊNCIAS

- ABELES, M. *Poder, sociedade, simbólico*. Lisboa: A Regra do Jogo, Edições, 1977.
- Ettore A. *Doutrina da Classe Política e Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- ARMOSTRONG, Robert.G.- *La Asamblea Publica como médio de Participación em lãs Actividades Políticas e Sociales em África*. Barcelona: Sebral/Unesco, 1982
- BALANDIER, G. *Antropologia Política*. SP. São Paulo: Ed. USP, 1969
- BROOKS, George E. *Notas Genealógicas de Proeminentes Famílias Luso- Africanas no séc. XIX na Guiné-Bissau*. Rev. Soronda nº 9/01/90. Ed. INEP Bissau, 1990.
- _____ 1991. – *Centro e Interesses Imperialistas*. Revista Soronda, n.11 Bissau: INEP, 1991.
- Amilcar. *A Arma da Teoria*. V. I e II. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1976.
- CHABAL, P. Socialismo na Guiné-Bissau: Problemas e Contradições no PAIGC desde a Independência. *Estudos Africanos*, Lisboa, n. 1, 1984.
- DAVIDSON, Basil. *Revelando a Velha África*. 2.ed. Lisboa: Cadernos de Hoje, 1977.
- DIAGNE, Pathé. El Poder en África. In: *El Concepto del poder en África*. Barcelona: Sebral/UNESCO, 1982
- DOWBOR, L. *Introdução a Geografia Econômica a Guiné-Bissau*. Bissau: Ministério do Plano, 1980.
- FERNANDES, Florestan. *Prefácio ao Diário da Libertação*. São Paulo: Versus, 1977 (Col. Testemunha, Nº 2).
- GALLI, Rosemary. E. *Estado e Sociedade na Guiné-Bissau*. In Rev. Soronda n.8 INEP Bissau: INEP, 1989
- HAGAN, George. –El Concepto Del Poder en La Cultura Akan. In : *El Concepto Del Poder en África*. Barcelona: . Sebral /UNESCO, 1982.
- HAMPATÉ Bá, A.– A Tradição Viva. In *História Geral da África*. São Paulo: Ática. /UNESCO, 1980. Vol.I

- HAVIK, Philip. J. *Pesquisa sobre a Transformação Rural na Guiné-Bissau*. In: Rev. Soronda nº 10. Bissau: INEP, 1990.
- HUNTINGTON. S. *A Ordem Política na Soc. em Mudança*. Rio de Janeiro: Forense, 1975.
- JAUARÁ, M. *O Processo da Construção da Nação em África: Caso Guiné-Bissau*. Belo Horizonte: mimeo/UFMG, 1991.
- KABENGELE, M. *Universo Cultural Africano* . In: Revista África/Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1984.
- *Negritude: Usos e Sentidos*. São Paulo: Ática, 1986.
- KI – ZERBO. *A História da África Negra*. Vol. II Difel. São Paulo: ed.(?), 1985
- KONATÉ, Oumar. *La Noción de Poder e a África Tradicional y en el Área Cultural Manding em Particular*. Barcelona: Sebral/UNESCO, 1982.
- LEITE, Fábio. Os Eternos Valores Culturais da África. In: *Salve 13 de maio?* São Paulo: Ed.Secretaria Estado de Educação, 1988.
- *A Questão Ancestral*. São Paulo: mimeo/USP, 1982.
- *Valores Civilizatórios em Sociedades Negro-Africanas*. *Revista do Centro de Estudos Africanos*. São Paulo: USP, 18, 1995. pág. 103
- LEPRI, Jean. *O Insucesso Escolar na Guiné-Bissau* . In: Soronda. Revista de Estudos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Bissau, 1986.
- LOPES, Carlos. *Resistências Africanas ao Controle do Território*. Revista Soronda n.7 / INEP. Bissau: inep, 1989.
- *Relações do Poder numa Sociedade Malinké : O Kaabú do séc.XVIII*. In: Rev. Soronda n.10. Bissau: INEP, 1990.
- *As Reformas do Estado e a Questão Nacional*. São Paulo: Fundap, 1991.
- MANÉ, Mamadú. *O Kaabú: Uma das Grandes Entidades do Patrimônio Histórico Senegambiano*. In: Rev.Soronda nº 7 (01). Bissau: INEP, 1989.
- MAQUET, J. *El Poder Negro em África*. Madrid: Ediciones Guadarrama S.A, 1971.

NIANE, Djibril T. *Sundjata ou A Epopéia Mandinga*. Ática SP. São Paulo: Ática, 1982.

SILVA, Alberto da L. *O Brasil, a África e o Atlântico no séc. XIX*. In: Cadernos de Estudos Avançados nº 21. São Paulo: USP, 1994.

SIGAUD, Lúcia. A Presença política dos Camponeses: Uma Questão de Reconhecimento. In: *Continuidade e Mudança no Brasil da Nova República*. Aspásio Camargo e Eli Diniz (orgs). Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1989.

SOLA, Lourdes. Choque Heterodoxo e a Transição Democrática sem Rupturas: Uma Abordagem Transdisciplinar. In: *O Estado da Transição: Política e Econômica na Nova República*. Rio de Janeiro:Vértice, 1988.

SYLLA, Lanciné. *Reflexions sur la Typologie Classique des Systèmes Politiques Africains*. Université Nationale de Côte D'IVOIRE. (Abijan, Série D. (Lettres). Tome 10, 1977.

ZOCTIZAUM, Yarise. *O Estado e a Reprodução Étnica em África*. In: Rev. Soronda nº6. Bissau: INEP, 1988.